

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.183 - DF (2019/0040108-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : CLEITON ALVES ALMEIDA
ADVOGADO : RAFAEL NASCIMENTO ALVES - DF056693
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em favor de CLEITON ALVES ALMEIDA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (HC n. 0722678-69.2018.8.07.0000).

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos de ameaça e vias de fato em contexto de violência doméstica e que o Juízo singular indeferiu seu pedido de quebra de sigilo de dados telefônicos, na fase procedimental do art. 396-A do CPP.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, perante a Corte estadual. O Tribunal impetrado, contudo, denegou a ordem (e-STJ fl. 116):

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. VIAS DE FATO. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA NEGADO. DECISÃO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. O c. Supremo Tribunal Federal já se posicionou no sentido de que "o indeferimento da diligência pelo magistrado de primeiro grau não configura cerceamento de defesa, uma vez que o próprio Código de Processo Penal prevê, no § 1º do art. 400, a possibilidade de o juiz indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias, sem que isso implique em nulidade da respectiva ação penal." (RHC 120551/MT)

2. O habeas corpus não é o meio adequado para a verificação da conveniência ou necessidade da produção de provas, quando para tanto se faz necessário o cotejo aprofundado dos elementos fático-probatórios contidos nos autos da ação penal. Precedentes. STJ.

3. *Se a decisão impugnada está adequadamente fundamentada, e inexistente o alegado cerceamento de defesa, não há constrangimento ilegal sanável pela via excepcional do habeas corpus.*

4. *Ordem denegada.*

Nesta impetração, a defesa alega ausência de motivos pertinentes para o indeferimento da produção das provas de quebra de sigilos de dados das torres de telefonia do paciente e das testemunhas, sob o argumento de que não haveria violação à intimidade de terceiros e porque teria impedido a parte de provar a verdade dos fatos, violando o art. 369 do CPC e o princípio da paridade das armas.

Assevera que a decisão foi até mesmo contraditória, à medida que indeferiu a absolvição sumária sob o fundamento de que a análise demandaria instrução processual e, logo em seguida, dispensou as provas requeridas pela defesa.

Reforça que a audiência de instrução e julgamento já está designada para o dia 25/3/2019.

Com base nisso, pleiteia, em liminar, a suspensão da tramitação da ação penal até o julgamento final do *mandamus*. No mérito, requer a cassação da decisão que indeferiu a produção das provas na fase do art. 396 do CPP.

Pede sustentação oral.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta

ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

